



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DE SOROCABA – CMDCA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO E ELEIÇÃO

## **001. PROVA OBJETIVA**

### **CONSELHEIRO TUTELAR**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, a folha de redação para transcrição do texto definitivo e o caderno de prova dissertativa.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas (objetiva, redação e dissertativa) é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição dos textos definitivos.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas, o caderno de prova dissertativa e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

As grandes metrópoles brasileiras são marcadas por profundas desigualdades que se expressam em uma distribuição muito desequilibrada das condições de moradia, saúde, mobilidade e em outros aspectos. Em uma mesma cidade, é possível encontrar bairros cujo índice de desenvolvimento se assemelha aos de países mais desenvolvidos, enquanto outros se comparam a países marcados por fragilidades sociais. Isso faz com que o bairro ou a região em que a pessoa vive influencie nas suas oportunidades de ser atendido por um bom hospital, obter um bom emprego ou frequentar uma boa escola, determinando suas chances de ascender socialmente.

Interessados nesse último ponto, procuramos verificar como a distribuição desigual das oportunidades escolares no espaço urbano influencia as decisões escolares das famílias, favorecendo-as ou desfavorecendo-as, de acordo com a posição que viviam no território. Para isso, estudamos duas regiões de Belo Horizonte que se diferenciavam no perfil social de seus moradores, bem como em relação à distribuição de oportunidades sociais. Procuramos entender então como a desigualdade urbana influencia os percursos escolares.

Apesar de a sociologia da educação no Brasil contar com muitos estudos dedicados aos efeitos da renda, escolaridade, ou mesmo das características das escolas, que influenciam as desigualdades escolares, poucos estudos nacionais investigaram especialmente o peso dos fatores urbanos sobre a escolarização, o que nos motivou a oferecer subsídios para compreender como o espaço urbano é relevante para entender as trajetórias escolares dos estudantes.

(Gustavo Bruno de Paula e Maria Alice Nogueira.

*Como a desigualdade urbana influencia percursos escolares.*  
www.nexojournal.com.br, 15.05.2019. Adaptado)

**01.** Segundo o texto, é correto afirmar que

- (A) as famílias fixam residência com base em localidades que oferecem melhor infraestrutura para os seus integrantes.
- (B) há uma homogeneidade no que diz respeito à distribuição de boas escolas num mesmo espaço urbano.
- (C) há uma relação entre o grau de escolaridade e a empregabilidade dos membros de algumas famílias.
- (D) o local em que uma pessoa vive pode determinar a qualidade da educação que ela recebe e consequentemente a sua condição social.

**02.** Um vocábulo usado em sentido conotativo no contexto em que se encontra está em destaque em:

- (A) As grandes **metrópoles** brasileiras são marcadas por profundas desigualdades...
- (B) ... obter um bom emprego ou frequentar uma boa escola, determinando suas chances de **ascender** socialmente.
- (C) Procuramos entender então como a desigualdade **urbana** influencia os percursos escolares.
- (D) ... o que nos motivou a oferecer **subsídios** para compreender como o espaço urbano é relevante para entender as trajetórias escolares dos estudantes.

**03.** Assinale a alternativa em que a frase foi corretamente redigida quanto à regência verbal e nominal, à colocação pronominal e ao uso do acento indicativo de crase.

- (A) Às oportunidades de um cidadão ser atendido em um bom hospital correspondem as mesmas chances de estudar-se em uma boa escola.
- (B) Muitos países mais desenvolvidos podem se comparar em certos bairros brasileiros no que tange à desenvolvimento.
- (C) A dedicação de muitos estudos à questão da escolaridade nos motivou a pesquisar outras que até então não haviam sido tratadas.
- (D) O interesse por questões demográficas foi o fator que levou-nos à estudar a desigualdade para a distribuição de renda e as decisões familiares.

**04.** Está em conformidade com as regras de concordância verbal e nominal da língua portuguesa a alternativa:

- (A) As diferenças sociais numa mesma metrópole sempre haverão, mas a sociedade deve buscar reduzi-las.
- (B) São consideradas barreiras para a ascensão social o aumento das cidades e o trabalho sem registro em carteira.
- (C) A observação de estudos prévios e de pesquisas em andamento são fundamentais para se pensar em novas possibilidades de investigação.
- (D) Uma grande parte dos cidadãos está em busca de melhores condições de vida para si e para suas famílias.

05. Em um hipotético texto ao editor da notícia, assinale a alternativa que, correta e respectivamente, preenche as lacunas de parte de um requerimento:

Il.mo sr. editor do jornal digital Nexo,

Como conselheiro tutelar do município de Sorocaba, \_\_\_\_\_ respeitosamente por meio deste solicitar \_\_\_\_\_ informações \_\_\_\_\_ dos critérios de seleção dos trabalhos que figuram na seção Acadêmico do jornal. O intuito de tal solicitação é o de compreender o enfoque dado pelo jornal a temas sociais, \_\_\_\_\_ utilizar essa informação para um levantamento sobre a divulgação científica de trabalhos que tratem dos direitos da criança e do adolescente. Nestes termos, \_\_\_\_\_ deferimento.

- (A) venho ... de Vossa Senhoria ... acerca ... a fim de ... peço  
 (B) vimos ... do senhor ... a cerca ... afim de ... pedimos  
 (C) viemos ... de Vossa Excelência ... acerca ... a fim de ... pede  
 (D) vimos ... do senhor ... a cerca ... a fim de ... peça-se

### MATEMÁTICA

06. A tabela mostra algumas informações sobre os 120 adolescentes atendidos individualmente por um conselheiro tutelar no 1º trimestre do ano, e a porcentagem de cada mês em relação ao número total de atendimentos desse trimestre.

1º trimestre	Adolescentes		Porcentagem
	Meninos	Meninas	
Janeiro	18	6	20%
Fevereiro		20	
Março			45%
<b>Total</b>	<b>80</b>		<b>100%</b>

No mês de março, o número de meninos atendidos superou o número de meninas atendidas em

- (A) 30.  
 (B) 28.  
 (C) 26.  
 (D) 24.
07. Um conselheiro tutelar irá atender 5 famílias, A, B, C, D e E, em uma mesma semana, começando na segunda-feira e terminando na sexta-feira, de modo que apenas uma família será atendida por dia. As famílias A e B só podem ser atendidas, ou na terça-feira, ou na quarta-feira, e a família C não pode ser atendida na sexta-feira. Nessas condições, o número de maneiras diferentes de esse conselheiro agendar os dias em que essas famílias poderão ser atendidas é
- (A) 5.  
 (B) 6.  
 (C) 7.  
 (D) 8.

08. O primeiro andar de uma clínica é um espaço retangular ABCD, onde estão 2 consultórios, C1 e C2, ambos retangulares e de mesmas dimensões, um banheiro (B) e uma sala de espera, conforme mostra a figura.

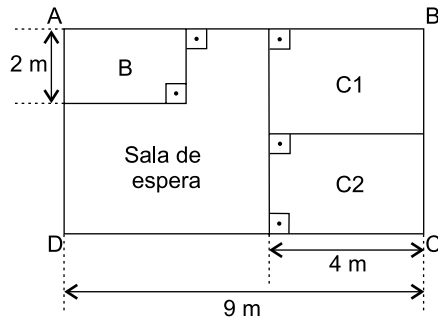


Figura fora de escala

Sabendo que a área do banheiro é  $6 \text{ m}^2$ , e que cada consultório tem  $12 \text{ m}^2$  de área, então a medida do perímetro da sala de espera é igual a

- (A) 24 m.  
 (B) 22 m.  
 (C) 20 m.  
 (D) 18 m.
09. Na rotina de trabalho de um conselheiro tutelar, ele precisa preencher determinado número de relatórios. Se ele preencher 8 relatórios por dia, levará 2 dias a mais do que levaria se preenchesse 10 relatórios por dia. O número de relatórios que esse conselheiro precisa preencher é
- (A) 80.  
 (B) 75.  
 (C) 70.  
 (D) 65.
10. Marcos e Pedro são dois conselheiros tutelares e atenderam, em uma semana, o total de 33 adolescentes. Sabendo que Pedro atendeu 3 adolescentes a mais do que Marcos, então o número de adolescentes atendidos por Pedro foi
- (A) 15.  
 (B) 16.  
 (C) 17.  
 (D) 18.

## ATUALIDADES

11. O presidente americano Donald Trump prometeu, na sexta-feira, 10 de maio de 2019, mais que dobrar as tarifas sobre US\$ 200 bilhões em mercadorias e introduzir novas taxas “em breve”. Segundo ele, o governo local está tentando recuar nos termos do acordo que teria sido costurado entre os negociadores dos dois países.

(BBC. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48228954>. 13.05.2019. Adaptado)

O excerto faz alusão

- (A) à guerra comercial contra o México devido ao aumento de suas exportações.
  - (B) às sanções comerciais impostas ao Irã devido ao seu programa nuclear.
  - (C) à guerra comercial em curso com a China devido ao protecionismo norte-americano.
  - (D) às sanções econômicas impostas à Coreia do Norte devido ao seu programa balístico.
12. Duas situações estão aprofundando o racha dentro dos BRICS e ameaçam a reunião do grupo que se realizará em Brasília, nos dias 13 e 14 de novembro. O placar em um dos temas entre os países dos BRICS é de 4 a 1: China, Rússia, África do Sul e Índia têm posição oposta à do Brasil, que se alinhou aos EUA.

(FSP. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05>. 17.05.2019. Adaptado)

O tema da notícia remete à seguinte posição do Brasil, contrária aos outros membros do BRICS:

- (A) o apoio às sanções comerciais impostas ao Irã pelos Estados Unidos.
- (B) o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela.
- (C) o apoio à intervenção militar norte-americana na Síria.
- (D) o reconhecimento do resultado das últimas eleições paquistanesas.

13. O pleito, o maior do mundo com um eleitorado de milhões de pessoas, teve início em 11 de abril. A contagem de votos das sete fases das eleições está prevista para a próxima quinta-feira, 23 de maio, e os resultados só devem ser conhecidos na quinta ou a sexta-feira.

(Valor. <https://www.valor.com.br/internacional/6265583>, 19.05.2019. Adaptado)

A maior democracia do mundo à qual o excerto faz referência é

- (A) os Estados Unidos.
- (B) a China.
- (C) a Indonésia.
- (D) a Índia.

14. Segundo a “Projeção de População Mundial” da Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente o Brasil tem 211 milhões de pessoas. A perspectiva é de que em um ano o país ganhe “apenas” um milhão de pessoas.

(<https://veja.abril.com.br/mundo>, 18.06.2019. Adaptado)

A notícia do excerto faz referência ao lançamento de um dos mais relevantes estudos sobre a população mundial. Nele o Brasil ganhou destaque, pois

- (A) foi ultrapassado pela Nigéria e agora figura como quinta maior população do mundo.
- (B) foi ultrapassado pelo Paquistão e agora figura como sexta maior população do mundo.
- (C) foi ultrapassado pelo Egito e agora figura como sexta maior população do mundo.
- (D) foi ultrapassado pela Angola e hoje figura como quinta maior população do mundo.

15. A *Vida Invisível de Eurídice Gusmão*, do cearense Karim Aïnouz, conquistou o prêmio principal da mostra Um Certo Olhar, competição paralela a um dos mais importantes festivais de cinema que ocorre na Europa. É a primeira vez que um filme brasileiro ganha essa competição, a segunda mais importante da premiação. “É importante que este prêmio de fato possa servir para incentivar o futuro do cinema brasileiro, a diversidade da cultura brasileira”, disse o cineasta após o recebimento do prêmio.

(El país. [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/24/cultura/1558726973\\_874992.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/24/cultura/1558726973_874992.html), 24.05.2019. Adaptado)

O festival mencionado no excerto é o

- (A) Festival de Cannes.
- (B) Festival de Sundance.
- (C) Festival de Berlim.
- (D) Festival de Veneza.

16. Um usuário está com dois aplicativos abertos, ou seja, duas janelas no MS-Windows 7, em sua configuração padrão, e deseja alternar frequentemente entre as duas, consultando informações em uma e escrevendo em outra. O atalho por teclado que permite alternar entre janelas é

- (A) Ctrl + End
- (B) Ctrl + Tab
- (C) Alt + End
- (D) Alt + Tab

17. Um conselheiro tutelar está preparando um documento no MS-Word 2010, em sua configuração padrão, para servir de folheto para conscientização, contendo diálogos dentro de “nuvens”, semelhante a gibis, conforme se vê na imagem a seguir.



Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, a guia e o grupo onde se localiza o item usado para inserir essa forma de “nuvem”.

- (A) Inserir – Formas.
- (B) Inserir – Ilustrações.
- (C) Exibição – Formas.
- (D) Página Inicial – Inserir.

Considere a imagem a seguir para responder às questões de números 18 e 19.

A imagem mostra uma planilha elaborada no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, contendo uma lista de tipos de atendimentos (coluna A) e a quantidade de atendimentos realizados (coluna B). Alguns tipos foram marcados como TOP3, por serem os 3 mais comuns num determinado período de trabalho de um conselheiro tutelar.

	A	B	C
1	Tipo de Atendimento	Quantidade	
2	Tipo 1	10	
3	Tipo 2	20	TOP3
4	Tipo 3	15	TOP3
5	Tipo 4	22	TOP3
6	Tipo 5	13	
7	Tipo 6	9	
8			

18. Após ser preenchida com a fórmula =MAIOR(B2:B7;3), a célula C8 exibirá o seguinte valor:

- (A) 3
- (B) 9
- (C) 10
- (D) 15

19. Assinale a alternativa que apresenta uma fórmula que pode estar na célula C3, para que esta corresponda ao valor exibido na imagem da planilha.

- (A) =SE(B6>B5;C5;C6)
- (B) =SE(C5;C6;B5>B6;)
- (C) =SE(B5>B6;C5;C6)
- (D) =SE(C5;B5>B6;C6)

20. Um conselheiro tutelar, incumbido de informar dados em sistemas on-line a respeito dos atendimentos que presta ao município, por se preocupar com o sigilo dos dados, sempre procura observar sites “seguros”.

Uma dica para observar um site seguro em relação ao envio das informações é verificar se o endereço do site começa com

- (A) https
- (B) http
- (C) www
- (D) mms

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONHECIMENTOS GERAIS DO ECA

21. A Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece a criação do Conselho Tutelar, que é um órgão executivo municipal, composto por cinco conselheiros, eleitos pela população e remunerados pelo município. Tais conselheiros têm como atribuição receber as queixas quando da violação de direitos de crianças e adolescentes. No que diz respeito às responsabilidades e ao atendimento a esse segmento, a criação do Conselho Tutelar é mais do que a transferência do poder público federal para o estadual e o municipal, fazendo parte da proposta de descentralização e articulação dos diferentes níveis administrativos. A nova organização que a Constituição Federal e o ECA propõem, inclui como elemento estrutural
- (A) a esfera econômica.
  - (B) a sociedade civil.
  - (C) o funcionalismo público.
  - (D) a iniciativa individual.
22. A convivência familiar e comunitária, um dos direitos fundamentais definidos pelo ECA, é também objetivo de serviços da Assistência Social voltados para esse segmento. A permanência da criança e do adolescente em sua família de origem é princípio que rege normativas e serviços de convívio e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Nessa direção, o artigo 23 do ECA estabelece que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. Ainda de acordo com o referido artigo (§ 1º), não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de
- (A) planejamento familiar.
  - (B) seleção e prestação de serviços.
  - (C) orientação socioeconômica.
  - (D) proteção, apoio e promoção.
23. Historicamente, a adoção de crianças e adolescentes pautava-se por práticas seletivas que colocavam o adotando em posição de objeto, para suprir um desejo de quem adotava. Com o ECA e as alterações nele introduzidas pela Lei nº 12.010/2009, são estabelecidas as garantias e os procedimentos para colocação da criança ou adolescente em família substituta, mediante guarda, tutela ou adoção. O processo para adoção percorre um caminho rigoroso, prevendo as condições, os procedimentos, o preparo e o acompanhamento posterior ao seu deferimento, concluindo somente se fundar-se em motivos legítimos e apresentar reais vantagens para o adotando. De acordo com o artigo 39 § 1º do ECA, deve-se recorrer à adoção apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa, sendo esta uma medida excepcional e
- (A) flexível.
  - (B) satisfatória.
  - (C) irrevogável.
  - (D) reversível.
24. A Lei nº 8.069/90 estabelece as medidas socioeducativas aplicáveis ao autor de ato infracional. Fixa também as garantias individuais, entre as quais: a apreensão somente em flagrante, o recolhimento mediante ordem judicial fundamentada, a internação provisória e o direito ao devido processo legal. Conforme define o artigo 105 do ECA, à conduta descrita como crime ou contravenção penal, ou seja, ao ato infracional, praticado por criança, corresponderá a aplicação das medidas de proteção, entre elas:
- (A) liberdade assistida.
  - (B) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
  - (C) advertência e responsabilização dos pais.
  - (D) obrigação de reparar o dano.
25. Entre as principais mudanças introduzidas pelo ECA, destaca-se a nova feição dada ao Ministério Público, alçado a guardião dos direitos infanto-juvenis e legitimado para propor medidas em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Também compõe essas mudanças a instituição dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos, instrumentos capazes de transformar a lei em realidade e operar a mudança social pretendida pelo legislador. Em se tratando de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, o Conselho Tutelar tem, entre suas atribuições junto ao Poder Executivo local, a seguinte:
- (A) assessorar sua elaboração.
  - (B) apresentar suas demandas.
  - (C) rever decisão judicial.
  - (D) definir estratégias de comunicação.



26. O Conselho Tutelar atua em duas frentes de ação, igualmente importantes: uma fiscalizando entidades, mobilizando sua comunidade, cobrando as responsabilidades dos devedores do atendimento de direitos à criança e ao adolescente e à sua família; e outra agindo diante da violação consumada, defendendo e garantindo a proteção especial preconizada no ECA. Entre as atribuições do Conselheiro Tutelar previstas no artigo 136 do ECA, está a de promover a execução de suas decisões, podendo para tanto expedir
- (A) certidões negativas.
  - (B) notificações.
  - (C) laudos periciais.
  - (D) avaliações.
27. Os castigos, a punição física e os espancamentos de crianças eram justificativas de cuidados dos pais para que seus filhos não recebessem más influências, acreditando-se que as crianças poderiam ser moldadas de acordo com os desejos dos adultos. A despeito dos avanços históricos em relação à ruptura com tais procedimentos, um grande contingente de crianças ainda é vítima da violência e de maus-tratos. O ECA, em seu artigo 18-A, define que a criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. É atribuição do Conselho Tutelar (ECA, artigo 136, X) promover e incentivar ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes, na comunidade e
- (A) junto às próprias crianças.
  - (B) nos demais conselhos.
  - (C) nos grupos profissionais.
  - (D) junto às famílias.
28. O adolescente JAS, cumprindo medida de liberdade assistida, procura o Conselho Tutelar, ao qual relata situação de ameaça de morte. Embora o adolescente esteja em acompanhamento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social e o referido Conselho possa solicitar sua inserção no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), o conselheiro reconhece como situação de perigo a permanência do adolescente em seu local de moradia, durante final de semana prolongado. Decide-se pelo acolhimento institucional do adolescente, entendendo que tal decisão obedecia a um dos princípios que regem a aplicação de medidas específicas de proteção, previsto no art. 100 (VI) do ECA, qual seja:
- (A) intervenção precoce.
  - (B) responsabilidade primária.
  - (C) proporcionalidade.
  - (D) privacidade.
29. As antigas instituições chamadas orfanatos, reformatórios e educandários eram caracterizadas pela internação de centenas de crianças, muitas delas ali permanecendo até a maioridade. Esse recolhimento era sustentado pela ideia de que as famílias pobres não tinham condições de cuidar de seus filhos, devendo, portanto, entregá-los aos cuidados do Estado. A partir do ECA, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes passou a ser medida protetiva. De acordo com o art. 92 (I) do Estatuto, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional devem adotar entre os seus princípios a preservação dos vínculos familiares e
- (A) estímulo à adoção precoce.
  - (B) recâmbio entre entidades.
  - (C) formação para o trabalho.
  - (D) promoção da reintegração familiar.
30. Conforme Lei Municipal nº 8.627/2008 (art. 33), os seis Conselhos Tutelares de Sorocaba, compostos de cinco membros titulares e dez suplentes cada um, devem trabalhar em conjunto, tendo um Presidente e um Vice-Presidente. Ainda de acordo com a referida Lei (art. 55), entre as infrações disciplinares no exercício das funções de Conselheiro Tutelar, estão: recusar-se a prestar atendimento, usar da função em benefício próprio e romper sigilo em relação aos casos analisados pelos Conselhos Tutelares sem expressa
- (A) informação à criança ou ao adolescente atendido.
  - (B) anuência do Presidente do Conselho.
  - (C) autorização judicial.
  - (D) concordância dos demais conselheiros.

#### LEGISLAÇÃO

31. Estabelece a Constituição Federal de 1988, no art. 227, como dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O § 1º do artigo mencionado prevê que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, mediante políticas específicas, admitindo-se
- (A) o engajamento solidário de convênios de saúde.
  - (B) a interferência do patronato.
  - (C) a participação de entidades não governamentais.
  - (D) a mobilização fraterna de ordens religiosas.

- 32.** É bastante valorizada pelos estudiosos a necessária e importante articulação de políticas públicas na atenção à criança e ao adolescente. Nessa perspectiva, a Lei Orgânica de Assistência Social, Lei nº 8.742/93, no art. 24-C, incorporou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de caráter intersetorial e que compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho. De acordo com o § 2º do referido artigo, as crianças e os adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados, especificadas as situações de trabalho infantil, e ter os seus dados inseridos no
- (A) Sistema Informatizado Nacional Regular (SINR).
  - (B) Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
  - (C) Banco de Dados das Secretarias Municipais de Assistência Social (BDSAS).
  - (D) Registro Setorial de Dados (RSD).
- 33.** A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), no art. 23, conceitua os serviços socioassistenciais como as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes nela estabelecidos. O § 2º desse mesmo artigo prevê que, para a organização dos serviços da assistência social, serão criados programas de amparo, entre outros:
- I. às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;
  - II.
- (A) a toda a população.
  - (B) aos refugiados.
  - (C) aos imigrantes em busca de trabalho.
  - (D) às pessoas que vivem em situação de rua.
- 34.** Conforme prescreve a Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC) tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. No que se refere à Prestação de Serviços à Comunidade, o serviço deverá identificar no município os locais para esse atendimento, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. Em se tratando de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, a prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de
- (A) duas horas diárias.
  - (B) cinco horas quinzenalmente.
  - (C) oito horas semanais.
  - (D) dez horas mensais.
- 35.** De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, um dos objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é a prevenção, tanto da institucionalização e da segregação de crianças e adolescentes, como da ocorrência de situações de risco social. Ainda conforme a referida normativa, estão, entre os equipamentos recomendados para a realização desse serviço, os Centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados
- (A) às Unidades Básicas Assistenciais.
  - (B) aos Centros de Referência de Assistência Social.
  - (C) às Divisões Regionais Especializadas.
  - (D) aos Sistemas de Atenção à Primeira Infância.
- 36.** A Lei nº 8.080/1990 trata da saúde de toda a população, regulando, em todo o território nacional, suas ações e serviços, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado. A saúde é compreendida como um direito fundamental do ser humano, e o provimento das condições indispensáveis ao seu pleno exercício é dever
- (A) da sociedade.
  - (B) do empresariado.
  - (C) do mercado.
  - (D) do Estado.
- 37.** Conforme art. 18 da Lei nº 8.080/1990, entre as competências da direção municipal do Sistema de Saúde (SUS), estão o planejamento, a organização, o controle e a avaliação das ações e dos serviços de saúde. No que se refere ao desenvolvimento das ações, compete à direção municipal a execução dos serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, de saneamento básico, de saúde do trabalhador e de
- (A) controle de morbidade.
  - (B) alimentação e nutrição.
  - (C) suplementação ambulatorial.
  - (D) fiscalização de entidades.

**38.** A Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) organiza a educação no Brasil. Tendo como referência as competências dos três níveis de poder, a LDB determina que os municípios tenham, entre outras, as incumbências de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrá-los às políticas e planos educacionais da União e dos Estados, baixar normas complementares para o sistema de ensino, oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental. Ainda, com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino, compete ao município

- (A) assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.
- (B) participar de fóruns e debates educacionais.
- (C) direcionar sua ação para a boa gestão escolar.
- (D) articular-se com as famílias dos alunos.

**39.** A educação no Brasil é organizada em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em seus respectivos sistemas de ensino. De acordo com explicitações contidas na LDB, no art. 18, os sistemas municipais de ensino compreendem as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal, as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada e

- (A) as entidades de classe.
- (B) as escolas da libras.
- (C) os conselhos escolares.
- (D) os órgãos municipais de educação.

**40.** O Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) registra e trata informações sobre a garantia e a defesa dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por meio desse sistema, é possível produzir conhecimentos específicos sobre as situações concretas de violações aos direitos e sobre as respectivas medidas de proteção. Ainda, é possível sistematizar a demanda dos conselhos tutelares, inclusive por categoria de violação. O SIPIA foi previsto para o registro e o tratamento de informações em âmbito

- (A) nacional.
- (B) local.
- (C) regional.
- (D) estadual.